

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
11ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE – MG**

**JUÍZA TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
ÉRICA MARTINS JUDICE**



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 3ª Região (MG)

Lei de Criação nº 5.633, de 2-12-1970
Data da instalação: 6-11-1972
Data de implantação do Pje: 24-3-2015

Jurisdição: Belo Horizonte.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 21-5-2021, p. 1.

ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 13-3-2020

Às 13 horas do dia primeiro de junho de 2021, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Maristela Iris da Silva Malheiros**, Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Zoom, instituída pelo Ato Conjunto TST/CSJT/GP N° 54, de 29 de dezembro de 2020, na 11ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, situada na Rua Mato Grosso 468 – 10º andar, conforme ATO N° 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico a MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara, **Dra. Érica Martins Judice**; o MM. Juiz do Trabalho Auxiliar, **Dr. Rodrigo Cândido Rodrigues**; a Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Ana Luísa Ciciliano de Novais; os servidores Alessandra Carvalho de Freitas Neves, Bárbara Cristina Alves Pinto Zadorosny, Cristiane Murta Resende de Carvalho, Geraldo Pires Filho, Leila de Oliveira Costa Vieira, Mariana de Andrade Fernandes Beltrão, Paula Guimarães Gomes Dutra, Rejane Glória Guimarães Ferrel, Rosana Netto Nunes Barroso, Roberto Corrêa Santos;

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 326 processos, distribuídos neste ano até o dia 24-5-2021, apurando-se a média de 3,5 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 29 cartas precatórias, dentre elas 18 executórias, até o dia 24-5-2021, das quais 20 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 631 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 140 processos foram remetidos neste ano até o dia 24-5-2021.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 34 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.

1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 4 processos com perícia designada.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 362 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 84 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 74 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (NUGEPNAC), há 1 processo sobrestado já julgado, com incidente de Repercussão Geral, pelo STF, a saber:

0000968-37.2013.5.03.0011 – sobrestado Tema de repercussão geral n. 739 - apreciado pelo STF em 11/10/2018, com publicação do acórdão pertinente em 6/3/2019, operando-se o trânsito em julgado em 14/3/2019. As informações supra encontram-se disponíveis no site deste TRT3, na página inicial: aba “JURISPRUDÊNCIA/STF/Repercussão Geral”, “Temas de interesse da Justiça do Trabalho (Repercussão Geral – STF)”, ou diretamente neste link.

Em consulta ao site deste Regional, verificou-se que, em 27/10/2014, determinou-se o sobrestamento do feito nos seguintes termos: “[...] Tendo em vista que o Ministro Teori Zavascki determinou nos autos do agravo em recurso extraordinário (ARE 791932) o sobrestamento de todas as causas relativas à terceirização do setor de telecomunicações (possibilidade de utilização da Súmula 331/TST afastando a aplicação do art. 94, inciso II da Lei 9472/1997, sem observância da cláusula da reserva de plenário, à luz da Súmula vinculante 10 e os dos art. 5º, II e 54, LIV; 97; 170, III e 175 da CR), determino o adiamento do presente feito sine die. [...]”. Em 27/10/2014 foi efetuado o lançamento do seguinte andamento: “Processo Suspenso Na Fase De Conhecimento Em 27/10/2014 - Por Decisão Judicial”.

Deflui dos andamentos seguintes que o processo foi recolhido ao arquivo temporário em 31/10/2018, retornando do arquivo em 13/4/2021. Em consulta ao sistema SJVPI, verifica-se, contudo, que o processo permanece suspenso pelo Tema 739.

Nesse contexto, considerando que o sobrestamento pelo motivo do Tema 739 no SIAP não pode subsistir, solicita-se, para correta informação de dados ao CNJ, seja retirado/encerrado o sobrestamento do processo acima pelo Tema 739, lançando-se sobrestamento genérico na sequência, caso se entenda que o processo deva permanecer suspenso. Nesse caso, será necessário ignorar o lançamento no dia seguinte no sistema SJVPI.

Procedimento indicado:

No SIAP:

- 1) Encerrar o sobrestamento equivocado;
- 2) lançar novo sobrestamento, escolhendo um movimento genérico, caso se entenda que o processo deva permanecer suspenso.

No SJVPI: (apenas se for lançado novo movimento genérico no SIAP mantendo o sobrestamento)

- 1) acessar a tela "Consulta/Valida Processos sobrestados" no sistema SJVPI, selecionando o filtro "Confirmados e não confirmados" na caixa "Mostrar sobrestamentos";
- 2) lançar o número dos processos indicados acima no campo "Número do processo (CNJ)";
- 3) clicar em "Pesquisar" (ícone da lupa);
- 4) selecionar o processo e clicar no botão "Ignorar sobrestamento(s)".

Processos examinados na correição, por amostragem, temas ainda não julgados:

0010754/20, 0010791/19, 0010880/19, 0010415/19, 0010064/20, 0010270/20, 0010287/20, 0010328/20: sobrestados em razão do recurso extraordinário com repercussão geral pelo STF – Tema nº 1046 – Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente.

0010075/19, 0010200/21: sobrestados pendentes de decisões em outras ações.

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e "dessobrestamento" elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019 e 41,39% em 2020. A Meta estabelecida para este indicador em 2020 foi de 40% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 21/01/2021, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Belo Horizonte - 11a Vara					
Indicador / Ano	2016	2017	2018	2019	2020	1º trim/2021 (01/04/20 a 31/03/21)
Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)	42,14	46,07	45,71	37,42	44,47	46,05

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2021 até 24-5-2021)
(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	93
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	432
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	30

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas:

Processos sem audiência designada aguardando 1ª sessão de audiência e aguardando encerramento de instrução: são os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	23
--	----

Abaixo tabela dos processos mais antigos sem audiência designada aguardando 1ª sessão de audiência e aguardando encerramento de instrução com o referido prazo, com mais de 300 dias, tendo a listagem completa sendo remetida previamente via e-mail institucional para a unidade organizacional:

Processo	Classe	Tarefa	Dias
0010343-18.2020.5.03.0011	Embargos de Terceiro Cível	Cumprimento de Providências	355
0010084-91.2018.5.03.0011	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências	1.130

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, “são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
--------------------	-------------------------	---------------------

2010	1	11
2013	1	8
2014	1	7
2015	3	6
2016	13	5
2017	36	4
2018	19	3
2019	99	2
2020	180	1
2021 – ano de referência	202	
TOTAL	555	1,24

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de maio até o dia 24):

Processo	Tarefa
0000805-62.2010.5.03.0011	Aguardando final do sobrestamento
0001186-65.2013.5.03.0011	Aguardando final do sobrestamento
0002094-88.2014.5.03.0011	Elaborar sentença
0010112-64.2015.5.03.0011	Aguardando final do sobrestamento
0011254-06.2015.5.03.0011	Aguardando final do sobrestamento
0011420-38.2015.5.03.0011	Aguardando final do sobrestamento
0010205-90.2016.5.03.0011	Aguardando audiência
0010248-27.2016.5.03.0011	Aguardando final do sobrestamento
0010340-05.2016.5.03.0011	Aguardando final do sobrestamento
0010379-02.2016.5.03.0011	Aguardando audiência
0010795-67.2016.5.03.0011	Aguardando final do sobrestamento
0010982-44.2016.5.03.0183	Aguardando final do sobrestamento
0011002-66.2016.5.03.0011	Análise
0011056-32.2016.5.03.0011	Aguardando final do sobrestamento

0011224-91.2016.5.03.0186	Aguardando audiência
0011555-16.2016.5.03.0011	Aguardando final do sobrestamento
0011583-81.2016.5.03.0011	Aguardando audiência
0011705-94.2016.5.03.0011	Aguardando final do sobrestamento
0011870-44.2016.5.03.0011	Aguardando final do sobrestamento
0010128-47.2017.5.03.0011	Aguardando final do sobrestamento

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	2
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	648

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	4
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	264

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	5
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	453

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos	Saldo de processos do item 393 no final do	0

	com o prazo vencido	período de referência	
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	30

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019 e 63,28% em 2020. A Meta estabelecida para este indicador em 2020 foi de 57% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 21/01/2021, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Belo Horizonte - 11a Vara					
Indicador / Ano	2016	2017	2018	2019	2020	1º trim/2021 (01/04/20 a 31/03/21)
Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	74,93	55,73	65,37	44,50	71,70	74,10

Existem 718 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 442 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 1 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 275 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;
- d) 120 processos no arquivo temporário, extração personalizada do SIAP1.

Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2021 até 24/05/2021

No ano anterior, até dia 24/05/2020 - havia 680 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 425 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 1 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 254 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de maio até o dia 24):

Processo	Tarefa
0000971-60.2011.5.03.0011	PETIÇÃO PARA JUNTADA
0146700-59.2007.5.03.0011	INTIMAÇÃO PUBLICADA
0146000-83.2007.5.03.0011	Arquivo temporário
0089900-40.2009.5.03.0011	PETIÇÃO PARA JUNTADA
0000354-37.2010.5.03.0011	Arquivo temporário
0001636-08.2013.5.03.0011	Aguardando prazo
0000897-06.2011.5.03.0011	Arquivo temporário
0000870-86.2012.5.03.0011	Arquivo temporário
0000943-92.2011.5.03.0011	Arquivo temporário
0001041-14.2010.5.03.0011	Arquivo temporário
0001325-17.2013.5.03.0011	Arquivo temporário
0001451-67.2013.5.03.0011	Arquivo temporário
0002086-19.2011.5.03.0011	Arquivo temporário
0148400-02.2009.5.03.0011	Arquivo temporário
0001213-19.2011.5.03.0011	Arquivo temporário
0002038-26.2012.5.03.0011	Arquivo temporário
0002182-34.2011.5.03.0011	Arquivo temporário
0002297-55.2011.5.03.0011	Arquivo temporário
0000013-69.2014.5.03.0011	Aguardando prazo
0001032-81.2012.5.03.0011	Arquivo temporário

FASE DE EXECUÇÃO – Abril 2021			
Descrição da Vara	Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Pendentes de Baixa
Belo Horizonte - 11a Vara	9	21	465

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (mês de maio 2021 apurado até dia 24):

Mês	Ano 2020	Ano 2021
Janeiro	15	36
Fevereiro	23	19
Março	22	28
Abril	16	33
Maio	25	33

Junho	16	
Julho	33	
Agosto	29	
Setembro	21	
Outubro	33	
Novembro	31	
Dezembro	21	
TOTAL	285	149

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04	2021/05
																	2
AUGUSTO PESSOA DE MENDONÇA E ALVARENGA								29									
ERICA MARTINS JUDGE		20	22	16	25	16	15		21	33	31	21	23	1	28	33	31
FABIANA MARIA SOARES	15	3															
HENRIQUE MACEDO DE OLIVEIRA													13	18			
LILIAN PIOVESAN PONSSONI							18										
Totais	15	23	22	16	25	16	33	29	21	33	31	21	36	19	28	33	33

Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (mês de maio 2021 apurado até dia 24):

Mês	Ano 2020	Ano 2021
Janeiro	51	62
Fevereiro	65	159
Março	39	165
Abril	55	101
Maio	89	64
Junho	196	
Julho	143	
Agosto	134	
Setembro	141	
Outubro	151	
Novembro	255	
Dezembro	107	
TOTAL	1426	551

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 31-5-2021, existem 49 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	17
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	31
Tutelas Provisórias Pendentes	1
Total	49

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 1-6-2021 havia 10 processos:

- a) **procedimento sumaríssimo:** 3 processos;
- b) **procedimento ordinário:** 4 processos;
- c) **instrução:** 2 processos;
- d) **tentativa de conciliação na fase de conhecimento:** 1 processo.

Foram examinados os autos dos processos 0010336/21, 0010335/21, 0010219/21, 0010304/21, 0010306/21, 0010308/21, 0010309/21, 0010046/21, 0010681/20, 0010840/17.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010304/21, 0010306/21, 0010308/21, 0010309/21: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 30-5-2021, 147 processos físicos no total, dentre eles, os migráveis são 3 processos.

Exame dos autos dos processos 0010272/21, 0010324/21, 0010321/21, 0010208/21, 0010216/21, 0010279/21, 0010291/21, 0010078/21, 0010824/20, 0010209/21, 0010754/20, 0010791/19, 0010880/19, 0010415/19, 0010064/20, 0010270/20, 0010287/20, 0010328/20, 0010075/19, 0010200/21, 0010260/21, 0010255/21, 0010250/21, 0010244/21, 0010156/21, 0010168/21, 0010174/21, 0010235/21, 0010198/21, 0010181/21, 0010174/21, 0010301/20, 0010135/21, 0010821/20, 0010827/20, 0010997/18, 0010747/20, 0010614/20, 0010147/21, 0010817/20, 0010441/19, 0010817/20, 0010183/21, 0010766/20, 0010279/19, 0010221/21, 0010655/19, 0010737/20, 0010032/20, 0010155/18, 0011009/19, 0010115/20, 0010554/20, 0010061/20, 0011425/17, 0010628/20, 0011400/15, 0011596/17, 0011141/17, 0011040/17, 0010027/21, 0010259/21, 0010293/21, 0010266/21, 0010038/21, 0010018/21, 0010720/20, 0010152/21, 0010220/21, 0010169/21.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010260/21, 0010255/21, 0010250/21, 0010244/21, 0010156/21, 0010168/21: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias.

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 13 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa
0001186-65.2013.5.03.0011	Aguardando final do sobrestamento
0010454-36.2019.5.03.0011	Aguardando prazo
0000423-98.2012.5.03.0011	Aguardando apreciação pela instância superior
0001155-11.2014.5.03.0011	Aguardando apreciação pela instância superior
0011574-85.2017.5.03.0011	Aguardando apreciação pela instância superior
0010353-67.2017.5.03.0011	Aguardando apreciação pela instância superior
0010481-87.2017.5.03.0011	Cumprimento de Providências
0010340-60.2019.5.03.0185	Aguardando audiência
0001553-26.2012.5.03.0011	Aguardando prazo
0010486-75.2018.5.03.0011	Aguardando audiência
0064000-89.2008.5.03.0011	Cumprimento de Providências
0139100-50.2008.5.03.0011	Cumprimento de Providências
0000474-07.2015.5.03.0011	Arquivo temporário

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 6 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010636-09.2020.5.03.0004	Aguardando audiência
0010826-48.2020.5.03.0011	Aguardando audiência
0010256-62.2020.5.03.0011	Cumprimento de Providências
0011077-03.2019.5.03.0011	Aguardando apreciação pela instância superior
0011368-42.2015.5.03.0011	Aguardando apreciação pela instância superior
0010219-35.2020.5.03.0011	Aguardando apreciação pela instância superior

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo/ordinário	18	27	33
Instrução processo físico	1.747	-	-
Instrução processo eletrônico	344	293	271

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo	9	11	16/06/2021 – 11 dias
Procedimento Ordinário	9	11	16/06/2021 – 11 dias
Instrução	240	116	16/12/2021 – 135 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2021 até 24-5-2021).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento. (fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	333	288

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	156	229

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	64	1.378
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	2	51

No ano de 2021, até o dia 24-5, com 91 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	24-5-2021	Média dia/útil
Julgados procedentes	24	0,264
Julgados procedentes em parte	121	1,33
Julgados improcedentes	37	0,4
Extintos com resolução de mérito	1	0,01

Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	183	2,0
Extintos sem resolução de mérito	8	0,08
Arquivamento	16	0,1
Desistência	17	0,1
Outras decisões sem resolução de mérito	16	0,1
Total sem resolução de mérito	57	0,6
Decisões de conhecimento	240	2,6
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	82	0,9
Decisões na fase de execução	78	0,8
Total	400	4,3

No ano 2020, apurou-se que, em 235 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2020	Média/dia útil
Julgados procedentes	35	0,1
Julgados procedentes em parte	291	1,2
Julgados improcedentes	110	0,4
Extintos com resolução de mérito	6	0,02
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	442	1,8
Extintos sem resolução de mérito	37	0,1
Arquivamento	29	0,1
Desistência	32	0,1
Outras decisões sem exame de mérito	50	0,2
Total sem exame de mérito	148	0,6

Decisões de conhecimento	590	2,5
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	229	0,9
Decisões na fase de execução	173	0,7
Total	992	4,2

4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO

– Em abril de 2021, com 19 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	1	0,05
Conciliação em execução	5	0,2
Encerramento de instrução Os encerramentos de instrução não são somados	13	0,6
Inicial/Inicial (rito sumaríssimo)	36	1,8
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução/Instrução (rito sumaríssimo)	39	2,0
Una/Una (rito sumaríssimo)	55	2,8
Total	136	7,1

No mês de abril de 2021, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 25 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, execução e liquidação no mês de maio 2021 apurado até dia 24:

Fase	Conhecimento		Execução		Liquidação	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Janeiro	12	7	1	1		
Fevereiro	35	29	1	3	1	1
Março	32	30	2	3	1	4
Abril	4	27		4		3
Maio	24	24	1		4	2
Junho	26		4		4	
Julho	31		1		3	
Agosto	27		2		3	
Setembro	27		2		8	
Outubro	17		5		3	
Novembro	27		4		3	
Dezembro	22		3		3	
TOTAL	284	117	26	11	33	10

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04	2021/05
ANDRE FIGUEIREDO DUTRA						1											
ANDREA RODRIGUES DE MORAIS			1								1		1				
ANDRÉ VITOR ARAUJO CHAVES							1										
AUGUSTO PESSOA DE MENDONÇA E ALVARENGA								66									
ERICA MARTINS JUDICE	14	92	88	42	46	74	39	3	61	67	82	40	31	26	70	76	61
FABIANA MARIA SOARES	29	13	9														
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA			2					1									
FLAVIA FONSECA PARREIRA STORTI											1						
HENRIQUE MACEDO DE OLIVEIRA													17	49	16		
LAUDENICY MOREIRA DE ABREU					1												
LILIAN PIOVESAN PONSSONI		1					27	2									
LUIZ FERNANDO GONCALVES		19															
MARCIO JOSE ZEBENDE													1				
PAULA BORLIDO HADDAD		1															
RENATA LOPES VALE											1						
RODRIGO CANDIDO RODRIGUES			26	6	1	3	2					1					
Totais	43	126	126	48	48	78	69	72	61	67	85	41	50	75	86	76	61

Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de maio 2021 apurado até dia 24):

Mês	Ano 2020	Ano 2021
Janeiro	67	54
Fevereiro	144	139
Março	107	152
Abril		137
Maio	57	107
Junho	101	
Julho	105	
Agosto	160	
Setembro	130	
Outubro	108	
Novembro	143	
Dezembro	99	
TOTAL	1221	589

	2019/12	2020/01	2020/02	2020/03	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04	2021/05
ANAXIMANDRA KÁTIA ABREU OLIVEIRA				1													
ANDREA RODRIGUES DE MORAIS				2				2	4	1	2		1	2		1	1
AUGUSTO PESSOA DE MENDONÇA E ALVARENGA								144									
ERICA APARECIDA PIRES BESSA													4	1	1	1	1
ERICA MARTINS JUDICE	1		102	92	54	99	51	10	120	104	139	92		39	150	134	104
FABIANA MARIA SOARES		60															
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA				5	3			4				1	2	1		1	
FLAVIA FONSECA PARREIRA STORTI										3	1						
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS						2	1		6		1	2					1
HENRIQUE MACEDO DE OLIVEIRA													47	96			
LILIAN PIOVESAN PONSSONI		7	7				53										
LIZA MARIA CORDEIRO												4					
LUIZ FERNANDO GONCALVES			30														
RODRIGO CANDIDO RODRIGUES			5	7													
SOLAINY BELTRAO DOS SANTOS															1		
Totais	1	67	144	107	57	101	105	160	130	108	143	99	54	139	152	137	107

Foram realizadas 127 audiências realizadas em maio até o dia 30-5-2021 e designadas 9 audiências para o dia 31-5-2021. Foram designadas 132 audiências para junho de 2021.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de maio 2021 apurado até dia 24):

Mês	Ano 2020	Ano 2021
-----	----------	----------



Janeiro	43	50
Fevereiro	126	75
Março	126	86
Abril	48	76
Maiο	48	61
Junho	78	
Julho	69	
Agosto	72	
Setembro	61	
Outubro	67	
Novembro	85	
Dezembro	41	
TOTAL	864	348

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04	2021/05
ANDRE FIGUEIREDO DUTRA						1											
ANDREA RODRIGUES DE MORAIS			1								1		1				
ANDRÉ VITOR ARAUJO CHAVES							1										
AUGUSTO PESSOA DE MENDONÇA E ALVARENGA								66									
ERICA MARTINS JUDICE	14	92	88	42	46	74	39	3	61	67	82	40	31	26	70	76	61
FABIANA MARIA SOARES	29	13	9														
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA			2					1									
FLAVIA FONSECA PARREIRA STORTI											1						
HENRIQUE MACEDO DE OLIVEIRA													17	49	16		
LAUDENICY MOREIRA DE ABREU					1												
LILIAN PIOVESAN PONSSONI		1					27	2									
LUIZ FERNANDO GONCALVES		19															
MARCIO JOSE ZEBENDE													1				
PAULA BORLIDO HADDAD		1															
RENATA LOPES VALE											1						
RODRIGO CANDIDO RODRIGUES			26	6	1	3	2					1					
Totais	43	126	126	48	48	78	69	72	61	67	85	41	50	75	86	76	61

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (mês de maio 2021 apurado até dia 24):

Mês	Ano 2020	Ano 2021
Janeiro	532	910
Fevereiro	913	1227
Março	1141	1514
Abril	603	1160
Maiο	1370	1199

Junho	1574	
Julho	1429	
Agosto	1359	
Setembro	1373	
Outubro	1588	
Novembro	1726	
Dezembro	900	
TOTAL	14508	6010

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de segunda-feira a sexta-feira, a partir das 8h15min. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 5 minutos para as de procedimento ordinário e de 30 minutos para as instruções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declara a magistrada, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

5. Produtividade –

Movimentação Anual de Processos			
	2019	2020	2021 até 24-5
Processos recebidos	990	796	326
Média por dia útil	4,3	3,3	3,5
Processos remanescentes do ano anterior	855	610	564
Sentenças anuladas	19	9	2
Total de processos para solução	1.864	1.415	892
Processos solucionados	1.271	864	348
Processos conciliados	437	274	108
Produtividade	68,18%	61,06%	39,01%

--	--	--	--

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 19,5% em relação ao número de processos recebidos no ano 2020. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2020 houve uma diminuição de 7,1%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2021-2026 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução GP n. 194, de 20 de dezembro de 2021.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2021 até 24-5-2021)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	108
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	348

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	348
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	328

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	60
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	71

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2021 até 24-5-2021)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	650
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	322

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	458
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	80

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2021 até 24-5-2021)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	322
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	80
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	11

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	650
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do	458

	período de referência	
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	11

Perfil da Vara do Trabalho		Belo Horizonte - 11a Vara				
Indicadores / Período de referência	Ano 2020 01/01/2020 a 31/12/2020	1º trim	2º trim	3º trim	4º trim	
		2021 01/04/2020 a 31/03/2021	2021 01/07/2020 a 30/06/2021	2021 01/10/2020 a 30/09/2021	2021 01/01/2021 a 31/12/2021	
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,85	1,46			
	I02 - Pendentes	1.353	1.373			
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00			
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	303,90	235,36			
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	358,96	290,75			
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	1.637,54	1.340,50			
	I07 - Taxa de	31,68	33,16			

	conciliação (%)					
	I08 - Taxa de solução (%)	107,45	100,00			
	I13 - Taxa de execução (%)	104,67	86,36			
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	44,47	46,05			
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	71,70	74,10			
	I11 - Produtividade por servidor	90,00	85,82			
	I12 - Pendentes por servidor	100,73	103,55			
Meso	Acervo	0,33	0,35			
	Celeridade	0,74	0,63			
	Produtividade	0,47	0,52			
	Congestionamento processual	0,62	0,65			
	Força de trabalho	0,52	0,54			
Macro	IGEST	0,5362	0,5396			
Posição IGEST		127	129			
Movimentação processual		1001 a 1500	1001 a 1500			

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	Valores pagos aos reclamantes por execução, acordo ou pagamento espontâneo
R\$6.196.295,46	R\$1.212.359,47	R\$28.981.532,09

7. PORTARIAS – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, não há Portaria em vigor.

8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que não foram encontrados excessos de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

10. Gestão Estratégica

Meta 1 CNJ/ 2021: Julgar mais processos que os distribuídos – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

No ano 2021, até o dia 30-4-2021, o percentual alcançado foi de 99,23% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 93,86%.

Em 2020, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 96,83% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 86,78% (valor consultado em 16/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 2 CNJ/2021: Julgar processos mais antigos – Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019, nos 1º e 2º graus.

No ano 2021, até o dia 30-4-2021, o percentual alcançado foi de 82,8% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 81,94%.

Em 2020 a Meta “era Identificar e julgar, até 31/12/2020, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2018, nos 1º e 2º graus”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 99,37%, de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 98,21%.

Meta 3 CNJ/ - 2021: Estimular a conciliação – Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%.

No ano 2021, até o dia 30-4-2021, o percentual alcançado foi de 94,9% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 117,72%.



Em 2020, quando a Meta era “Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2017/2018”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 80,29% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 104,01%, conforme modelo de apuração do SIGEST/CSJT e 108,40% de cumprimento da meta, conforme modelo de apuração do CNJ, que utiliza como parâmetro a cláusula de barreira, que em 2020 foi de 45%. Ressalta-se que o indicador possui como meta o valor de 46,58% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 5 CNJ – 2021: Reduzir a taxa de congestionamento – Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.

Trata-se de uma nova meta para o exercício de 2021.

No ano 2021, até o dia 30-4-2021, o percentual alcançado na fase de conhecimento foi de 63,73% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 71,50%.

No ano 2021, até o dia 30-4-2021, o percentual alcançado na fase de execução foi de 80,19% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 71,50%.

Em 2020, a Meta 5 era “Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 114,84%, do valor da meta estipulado para o ano de 2020, tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 101,95% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 6 CNJ – Em 2020, quando a Meta era “Identificar e julgar, até 31/12/2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau.” (VIGOROU ATÉ 2020).

Meta 11 CNJ 2021: Aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica – Alcançar 100% de processos judiciais eletrônicos em relação ao acervo total.

Em 30-5-2021, conforme painel do CLEC – disponível na intranet, esta unidade organizacional possui 3 processos migráveis.

Tempo médio de duração do processo – Fase de Conhecimento

No ano 2021, até o dia 30-4-2021, o tempo médio de duração do processo desta unidade está em 288 dias, sendo de 190 dias o resultado deste Regional para o mesmo período.

Em 2020, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2018, em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 303 dias, tendo/não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste



Regional foi de 171 dias (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2020 era de 208 dias.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que, quando da publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção, seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, à Secretária e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) intensificada a realização de audiências de instrução, tendo em vista o prazo elastecido de disponibilidade de pauta apurado no item 3 desta ata;

- 2) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;
- 3) inseridos em pauta os processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas constantes da tabela do item 1.9 desta Ata;
- 4) solucionar o andamento do processo sobrestado já julgado pelo STF com incidente de Repercussão Geral, discriminado no item 1.7 desta Ata, e que sejam observadas, também, as informações encaminhadas pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugepnac) periodicamente à vara, referentes a processos já julgados pelo STF, para evitar o acúmulo desses processos;
- 5) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;
- 6) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;
- 7) saneados os incidentes processuais pendentes, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;
- 8) envidados esforços para aumentar a produtividade, tendo em vista os dados apurados no item 5 desta Ata;
- 9) usados como ferramenta de auxílio na gestão da secretaria, os relatórios existentes no Painel de Produtividade, disponível na intranet deste Regional;
- 10) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2021, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;
- 11) envidados esforços para o cumprimento da **Meta 1 CNJ/2021**: Julgar mais processos que os distribuídos - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os

distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente; **Meta 2 CNJ/2021:** Julgar processos mais antigos - Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019, nos 1º e 2º graus; **Meta 3 CNJ/2021:** Estimular a conciliação - Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%;

12) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônico Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis. https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/aceso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal) e [https://www63.bb.com.br/portallbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?](https://www63.bb.com.br/portallbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335) (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

13) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional, videoconferência e por "WhatsApp Business", bem como cumprida a Instrução Normativa Conjunta GP.GCR.GVCR N. 70-2021 de 16 de março de 2021, que trata do atendimento telepresencial ao público externo por meio de Balcão Virtual no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Todos esses canais de atendimento ao público externo deverão ser utilizados durante o horário de expediente das unidades;

14) cumprida a recomendação N° 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;

15) cumprida a Resolução 233, de 13-7-2016, do CNJ que dispõe sobre a criação de cadastro de profissionais e órgãos técnicos ou científicos no âmbito da Justiça de primeiro e segundo graus, disponível no sítio eletrônico <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal/0>, escolhendo e nomeando perito cadastrado, por nomeação direta do profissional ou por sorteio eletrônico, a critério do magistrado, observando o critério equitativo de nomeação em se tratando de profissionais da mesma especialidade;

16) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data aprazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2020:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

- 1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, incluindo em pauta no mínimo 10 processos, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;
- 2) envidados esforços para aumentar a produção, tendo em vista os dados apurados no item 5 desta Ata.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.”

Partícipe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU), que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16, disponíveis no link <http://www.agenda2030.org.br/ods/16/>, que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 15h15min do dia primeiro de junho de 2021, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 79/2021, publicado no DJe 21-5-2021, do que,



para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e Jânio Júlio Fernandes.

MARISTELA IRIS DA SILVA
MALHEIROS:30831806

Assinado de forma digital por
MARISTELA IRIS DA SILVA
MALHEIROS:30831806
Dados: 2021.06.08 14:51:57 -03'00'

Maristela Iris da Silva Malheiros
Desembargadora Vice-Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO
DE OLIVEIRA
JUNIOR:30831138

Assinado de forma digital por
MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA
JUNIOR:30831138
Dados: 2021.06.01 16:31:46 -03'00'

Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria